

TEMPO EM FRAGMENTOS: DISTOPIA, TEMPORALIDADE E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA NA ERA DIGITAL

Time in fragments: dystopia, temporality and historical consciousness in the digital age

Isabela Gomes Parucker^a

 <https://orcid.org/0000-0002-5703-6528>
E-mail: isabela.parucker@gmail.com

Daniela Linkevicius de Andrade^a

 <https://orcid.org/0000-0002-4502-145>
E-mail: dani.linkevicius@gmail.com

^a Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História, Brasília, DF, Brasil.

DOSSIÊ

Radical History em Contextos Globais

RESUMO

Podemos compreender a escrita da história como um esforço criativo de configuração de imagens para representar o movimento do tempo, observando a mudança das coisas e a passagem deste tempo. Por meio de narrativas que entrelaçam acontecimentos e tramam enredos historiográficos, a história torna o tempo inteligível, acessível e compreensível quando transformado em temporalidade. O objetivo do presente artigo é buscar conceitos capazes de iluminar esse processo de temporalização do tempo na contemporaneidade ocidental, marcado pela ação dos sujeitos no espaço digital, pela presença de tecnologias que aumentam significativamente a velocidade da produção e da troca de informação e ampliam as formas de comunicação. Para isso, pretendemos tensionar o conceito de “Atualismo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018), relacionando-o com a estrutura do espaço digital. Acreditamos que tal noção tem o potencial de provocar questionamentos capazes de impactar diretamente o fazer historiográfico no século XXI, tendo em vista a forma como o tempo é percebido e temporalizado. Vislumbramos, nesse cenário, que os desafios que o atualismo propõe aos historiadores giram em torno de dois aspectos: o domínio do espaço digital e a reflexão acerca da possibilidade de estarmos diante da percepção de tempo fragmentado e da configuração de uma consciência histórica cada dia mais distópica.

PALAVRAS-CHAVE

Atualismo. Consciência histórica. Distopia.

ABSTRACT

The writing of history can be understood as a creative effort to configure images to represent the movement of time, observing the change of things and the passage of this time. Through narratives that interweave events and build historiographical plots, history makes time intelligible, accessible, and understandable when transformed into temporality. The purpose of this article is to seek concepts that are able to illuminate this process of temporalization of time in contemporary western society, marked by the action of actors in the digital space, by the presence of technologies that significantly increase the speed of production and exchange of information and forms of communication. For this, we intend to discuss the concept of "Updatism" (ARAÚJO; PEREIRA, 2018), relating it to the structure of digital space. We believe that such a notion has the potential to raise issues that can directly impact historiographic work in the 21st century, given the way time is perceived and temporalized. We foresee, in this scenario, that the challenges that "Updatism" proposes to historians revolve around two aspects: the mastery of digital space and the reflection about the possibility of facing a perception of fragmented time and the configuration of an increasingly dystopian historical consciousness.

KEYWORDS

Updatism. Historical Consciousness. Dystopia.



Matéria da história, o tempo está em tudo aquilo que estudamos. Somos, afirma Krzysztof Pomian (1993), relógios vivos. Vivemos o tempo em nossos corpos, e experimentamo-lo pelo movimento que sua passagem acarreta às coisas à nossa volta: a mudança identificada em artefatos, pessoas, paisagens, espaços. Nesse sentido, embora muitas de nossas reações ao *viver* sejam respostas ao ritmo circadiano sob o qual vivemos, é pelos eventos externos, principalmente, que nos orientamos.

A percepção do tempo varia de pessoa para pessoa. E mais: um mesmo indivíduo pode sentir o tempo de formas diferentes a depender das circunstâncias em que se encontra. Não há um tempo universal, mas formas variadas de viver, experimentar, simbolizar e interpretar o tempo. Também, por isso, o aparente comprimento do tempo não é idêntico para todos os acontecimentos. Um agrupamento de muitos anos pode ser percebido como um tempo relativamente curto, enquanto um período de poucos anos, poucos dias ou mesmo poucas horas vistos em conjunto, em uma única experiência, parecem durar uma eternidade.

É espinhosa, portanto, a tarefa de tentar traduzir o tempo, não apenas em termos métricos, mas principalmente conceituais. A história, por meio de sua escrita, é um esforço nesse sentido. Cria imagens para representar o movimento do tempo: seta, círculo, estratos. Observa a mudança das coisas e identifica, nela, a passagem do tempo. Por meio de narrativas que entrelaçam acontecimentos e tramam, com eles, enredos historiográficos, a história torna o tempo inteligível. Permite, com isso, que ele seja apreendido e identificado pela diferença entre o que é entendido como passado, presente e futuro. Assim, o tempo – essa entidade de difícil definição e mensuração, aquilo que ocasiona o movimento mesmo que orienta o trabalho dos historiadores – se torna acessível e compreensível quando transformado em temporalidade.

Sob essa ótica, o tempo propriamente dito (objetivo) seria uma sucessão de presentes, que surgem e morrem na mesma proporção, diferentes entre si: uma espécie de presente absoluto, um eterno agora (COMTE-SPONVILLE, 2001). O tempo vivido, todavia, não é composto somente por esses instantes consecutivos: lembramos do momento findo e imaginamos aquele que está por vir. Mas se o agora já é passado, ele não é mais, não existe. Da mesma maneira, o agora futuro tampouco existe, uma vez que ainda não ocorreu (COMTE-SPONVILLE, 2001). Para dar conta desse tempo que não é o absoluto – isto é, o tempo subjetivo, esse que reconhece aquilo que já foi e aquilo que ainda não é – transformamos mental e simbolicamente a sucessão de presentes, um após o outro, em algo com o sentido de *antes* e *depois*.

Temporalidade, nessa perspectiva, é o que Comte-Sponville, apoiado em Santo Agostinho e Aristóteles, chama de “tempo da alma, da mente”, de “unidade – na consciência, por ela e para ela – de passado, presente e futuro” (COMTE-SPONVILLE, 2001, p. 35, tradução nossa). Temporalidade é a apreensão do tempo pela consciência; é o que a mente identifica como passado (que é lembrado), presente (o momento em que o indivíduo se encontra, o momento da ação) e futuro (que é prognosticado, imaginado). É a atribuição de significado a esses presentes que nos permite distinguir o que *não é mais*, o que *é* e o que *ainda não é*. Temporalizado, isto é, convertido em consciência, o tempo não é só mais uma sequência de agoras: forja uma ordem para essas ocorrências desconexas, articulando-as em um antes e em um depois (COMTE-SPONVILLE, 2001).

Pomian (1993), por exemplo, trabalha com o conceito de tempo na perspectiva de uma arquitetura temporal erigida por experiências sociais. Ou seja, embora sejamos relógios vivos, é pelos eventos externos que nos guiamos temporalmente. E esses eventos, ou melhor, a maneira como são vividos, percebidos e interpretados, é moldada pela

experiência social. Nessa perspectiva, o contexto e o espaço nos quais estamos inseridos afetam profundamente a percepção do tempo e sua temporalização.

Interessa-nos, então, buscar conceitos capazes de iluminar de que modo ocorre esse processo de temporalização do tempo hoje, especialmente na perspectiva ocidental. O presente é marcado pela mudança do espaço a partir do qual nos referenciamos, pela presença de tecnologias que aumentam significativamente a velocidade da produção e a troca de informação e as formas de comunicação, bem como pelo crescente atravessamento do real e do virtual. Partimos da hipótese de que o contexto contemporâneo viabiliza o desenvolvimento de uma consciência histórica cujos contornos se mostram cada dia mais distópicos.¹

Para isso, refletimos sobre o conceito de “Atualismo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018), relacionando-o com a estrutura do espaço digital. Tal noção tem, acreditamos, o potencial de provocar alguns questionamentos capazes de impactar diretamente o fazer historiográfico em uma perspectiva ocidental no século XXI, tendo em vista a forma como o tempo é percebido e temporalizado. Visamos, portanto, tensionar o conceito de atualismo, apontando seus possíveis impactos sobre as articulações temporais e sobre a formação de consciência histórica ocidental no século XXI.

ATUALIZAÇÃO DAS NOÇÕES DE TEMPO E ESPAÇO

A história é a investigação acerca do que fazem as pessoas, das ações e transformações que vivem e causam em dado espaço e tempo. É um campo disciplinar que se ocupa da nossa necessidade de conferir significados às experiências humanas “no *Tempo* e no *Espaço*” (BARROS, 2006, p. 462, grifo do autor). Identifica, nesse emaranhado de interações humanas com espaços, as rupturas e as continuidades, dando sentido a elas e à passagem do tempo.

Espaço, assim como tempo, é um conceito fundamental para a história. É, ainda, concepção com dupla conotação (KOSELLECK, 2014). De um lado, vemos espaço como categoria meta-histórica e condição para a possibilidade de existência de qualquer história; de outro, temos os espaços históricos, ou aquelas entidades que também têm sua história própria e sofrem a influência do tempo, do contexto social, político, cultural, econômico.

Tramas historiográficas têm um componente espacial que não se limita somente a espaços físicos, o que nos faz repensar os desafios colocados à disciplina como, por exemplo, o progressivo avanço tecnológico e a presença da *internet* em nossas vidas. Esses fatores criam uma série de novos espaços nos quais interações humanas, ações e transformações ocorrem, interferindo, dessa forma, em nossa experiência do e no tempo. Espaços digitais proporcionam o surgimento de outros vários espaços e territórios (cibernéticos, políticos, discursivos, imaginários).

A concepção de espaço é peça importante no processo de temporalização do tempo. É necessário, por isso, especial atenção às transformações e às experiências que acontecem na complexa relação com as espacialidades físicas, digitais, imaginárias. Nesse sentido, desde o final do século XX, nos vemos cada vez mais imersos em novos espaços e estruturas de sociabilidade *online*, que afetaram profundamente as relações sociais, culturais e políticas. A rápida popularização do uso da *internet* no final dos anos 1990 nos colocou diante de um panorama em que “real” e “digital” se entrelaçam e passam então a ser abordados como complementares.

A mudança nessa relação traz impactos não somente ao cotidiano presente das pessoas, mas, também, à maneira como passado e futuro são compreendidos. Como vimos

¹ O presente artigo busca apresentar a ideia de distopia em articulação com o conceito de atualismo para entender o desenvolvimento da consciência histórica no presente. Para discussão sobre a relação entre distopia e imaginação histórica no séc. XXI, cf. Bentivoglio (2019).

anteriormente, espaço e contexto social afetam nossa percepção temporal e nosso contexto é, cada vez mais, digital, com tecnologias usadas, assim, para se comunicar, criar comunidades, socializar, expressar-se e entender.

De fato, autores como Marcello Vitali-Rosati (2018) entendem o termo “digital” não somente como uma tecnologia, mas um conjunto de mudanças que caracterizam as sociedades contemporâneas em comparação com o que eram há vinte ou trinta anos. Dessa maneira, o digital não é apenas algo que está *online*, mas é a própria estrutura de nossa realidade em tempos de ferramentas digitais.

Gradualmente, o digital passou a ser usado para expressar uma série de mudanças culturais e não é mais relacionado a tecnologias específicas. Isso significa que o digital não é algo separado, que está em outro lugar, ou até mesmo um espaço paralelo, diferente do que comumente é difundido no discurso público. Espaço digital é o espaço de nossas sociedades digitais, plural, com diferentes estruturas e valores. É, principalmente, um espaço marcado simultaneamente por um complexo de mudanças culturais e tecnológicas e pela continuidade com outras estruturas espaciais que caracterizaram as sociedades durante suas longas histórias (VITALI-ROSATI, 2018).

Assim, o espaço digital é aquele em que nós vivemos, com uma ideia dinâmica de realidade. Isso não significa, porém, que não tem uma estrutura clara e definida. Muito menos que é homogênea. Um aspecto importante ressaltado por Valérie Schafer é o de que, embora a *internet* seja global, ela também é uma soma de várias partes que não formam um todo homogêneo. A autora é categórica ao afirmar que essa homogeneidade seria uma fachada. Por isso, a fim de incorporar a pluralidade do espaço digital, Schafer defende a adoção de uma postura que articule local e global, “na busca pela história das narrativas perdidas, em que a Internet não é considerada como o único desfecho numa visão teleológica que ressaltaria sua natureza universal” (SCHAFER, 2020, p. 299, tradução nossa).

Em vista disso, o espaço digital ao qual nos referimos aqui é aquele ocidental – especialmente do norte global. Essa escolha se justifica pela grande quantidade e difusão de plataformas e produtos culturais, desse referencial, difundidos e consumidos globalmente. Trata-se de uma estrutura com características específicas e arquitetadas, muito bem-organizadas através de um conjunto de relações entre uma hibridização de objetos conectados e não conectados (VITALI-ROSATI, 2018).

Manuel Castells (1999) esclarece essa percepção, afirmando que as comunidades virtuais são comunidades reais, que funcionam, entretanto, em outro plano de realidade; não são físicas e não seguem os mesmos modelos das comunidades físicas. Elas têm sua própria dinâmica – “a rede é a rede”, que funciona como nossa realidade fundamental e orienta a produção de sentido.

Esta rede está, portanto, em constante movimento. Nada é fixo, mas há regras, uma vez que todos os atos são coordenados e avaliados em tempo real. As regras, porém, também sofrem modificações, pois são constantemente reavaliadas. Frente a características como processamento automático de informações, precisão, rapidez e produção em larga escala, tudo isso por meio de mensagens codificadas, o computador se transforma não apenas em ferramenta para produção material, mas antes em operador de virtualização da informação, atuando em uma rede que tem sua própria dinâmica de coexistência e convivência de diversos segmentos.

A partir desse cenário, é possível inferir que, se a influência do digital em nossas vidas é tão grande a ponto de ocasionar a porosidade das fronteiras entre o que conhecemos como realidade material e realidade digital, o modo de experimentar o tempo hoje também poderia ter sido alterado. Peter Pál Pelbart (2020) argumenta que vivemos uma mudança atordoante na nossa percepção da própria experiência do tempo e do

presente, nossa relação com o passado e nossa concepção de futuro. Além das tecnologias digitais, muitos fatores convergem para essa vertiginosa alteração na arquitetura do tempo de que fala Pelbart, como as pandemias e a globalização. Esses elementos fazem com que nossa percepção do tempo vivido – a temporalização do tempo – seja diferente. Podemos viver e interpretar vários acontecimentos concomitantemente, como se o tempo fosse um rizoma (PELBART, 2020), uma rede cheia de nós, sem hierarquias nem origens determinadas, com diversas camadas e conexões simultâneas.

Um exemplo dessa forma de pensar a experiência do tempo é a navegação e a leitura por meio de *hiperlinks*. De acordo com Niels Brügger (2017), os *hiperlinks* se configuram como uma adaptação do hipertexto à materialidade digital. Assim, o hipertexto, adaptado sob forma de *hiperlink*, funciona através de *links* que atuam como conexões entre os segmentos de texto, possibilitando a um usuário clicar em um elemento numa página de web e, a partir disso, ser direcionado para uma outra página da web.

Sem o *hiperlink*, os usuários não só perceberiam que a navegação se tornaria mais trabalhosa como assistiriam à inviabilização de mecanismos de pesquisa (como o próprio Google), que hoje fazem parte de nosso cotidiano, e que permitem a um indivíduo consumir uma diversidade de informações em um mesmo agora. O tempo da ação se confunde com o de sua ressignificação, a temporalização do tempo fica embaralhada. Além disso, a função tradicional do hipertexto de urdir e produzir relacionamentos entre segmentos de texto é adaptada, reinterpretada e, principalmente, atualizada como *hiperlink* para a realidade das tecnologias digitais. Por esse ângulo, nosso contexto contemporâneo, que possibilita a atualização constante, afeta profundamente a apreensão do tempo pela consciência, ou seja, o tecer das temporalidades.

Essa maneira de apreender o tempo está associada, ainda, à formação de estruturas de expansão infinita, ou seja, de experiências fundamentadas na expectativa de um crescimento contínuo da sociedade, bem como da fuga à desatualização e à obsolescência (ARAÚJO; PEREIRA, 2018). Essas estruturas se dão, sobretudo, em decorrência das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Araújo e Pereira identificam um modo de vivenciar o tempo característico dos dias de hoje: o atualismo.

O ATUALISMO

Araújo e Pereira, na tentativa de realizar um esforço reflexivo e crítico para desenvolver novos conceitos capazes de compreender as experiências contemporâneas, afirmam que alguns fragmentos da temporalização podem ser abordados em torno da categoria a qual se referem como atualismo (do inglês *updatism*). Tal categoria pressupõe uma relação entre passado, presente e futuro que age através do paradoxo de um presente simultaneamente cheio de novidades e quase sempre vazio de eventos: “por mais que as novidades se apresentem, seja mesmo vindas do passado ou do futuro, elas não são capazes de refazer vínculos conjunturais e estruturais, pois “nossa atualidade’ se atualiza (quase) exclusivamente em função da própria atualidade” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 221).

Isso quer dizer que não mais vivemos em um mundo marcado pela ideia de progresso e de um amanhã que traria inovação, como foi o século XX (BERARDI, 2019). Também as máquinas da indústria deixaram de reger, predominantemente, o tempo (POMIAN, 1993). Essa percepção está relacionada, em grande medida, às rupturas que o digital trouxe para o cotidiano. Vivemos o tempo da mudança não como novidade, mas como atualização: queremos evitar o obsoleto e, para isso, remodelamos o que já conhecemos, *atualizamos* o familiar. Por esse viés, passado, presente e futuro são entendidos e articulados de modo particular: se nossa expectativa quanto ao futuro é outra,

nossa visão do passado também. Não mais vemos o futuro como novidade, mas atualização.

Anthony Giddens já observava esse movimento de reflexividade da vida social, em que as práticas sociais são examinadas constantemente e reformadas a partir da informação renovada sobre tais práticas, alterando seu caráter, no final do século XX. A revisão radicalizada se transforma em uma revisão que, teoricamente, se aplica a todos os aspectos da vida humana. Conseqüentemente, Giddens entende que não é exatamente preciso afirmar que a modernidade é marcada pelo apetite pelo novo: “o que é característico da modernidade não é uma adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada – que, é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão” (GIDDENS, 1991, p. 39).

O resultado é um mundo formado pelo conhecimento reflexivamente aplicado. Todavia, os indivíduos nunca podem estar seguros de que qualquer elemento dessa realidade não será revisado. Nenhum conhecimento sob tais condições é “antigo”, no sentido de que “conhecer” é estar certo – o que não significa que não é possível existir em um mundo social estável, a ser conhecido –, mas que o conhecimento da realidade contribui para seu caráter instável ou imutável.

Associado a essa consciência de que a atividade humana é conduzida pelo caráter dinâmico das instituições sociais modernas, o atualismo confunde o real com o mais recente, atual, que passa por uma reflexão obstinada dos sujeitos. Por certo, Araújo e Pereira (2018) afirmam que o atualismo herda parte de seu vocabulário analítico de diversas tradições de pensamento que se posicionaram de modo cético e crítico ao processo de modernização.

Nesse cenário, os autores entendem que, “a atualização automática que parece simplesmente surgir em nossos celulares e computadores torna-se uma metáfora e uma estrutura arquetípica das temporalizações do atualismo” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 94-95). Deste modo, ainda que as “novidades” da contemporaneidade nos façam sentir que ocorre uma aceleração em nossa percepção de tempo, essas novidades são incapazes de transformar as realidades para possibilidades de diferença. A composição deste cenário leva os autores a se perguntarem: “em nossa condição atualista tudo se atualiza para que tudo permaneça a mesma coisa?” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 189).

Constantemente atualizar o familiar para transformá-lo em novidade poderia fazer parte de um processo incessante de busca por estabilidade em um mundo em que o medo da obsolescência é intensificado pela dedicação em se adaptar às tecnologias digitais. Pertencer ao seu tempo, isto é, sentir-se seguro em seu tempo, pode exigir estar conectado 24 horas por dia, 7 dias da semana às redes e acompanhar o fluxo dos acontecimentos, fazendo parte da história nas reações em tempo real.

O atualismo torna-se, portanto, necessário para que a própria realidade seja reproduzida – atualizar a todo momento uma página de notícias para acompanhar a contagem de votos das eleições presidenciais de um país e atualizar um aplicativo de celular para que seja possível se conectar com familiares e amigos. Assim, outro fator que caracteriza o modo como o tempo é apreendido é o de que não só há uma busca pela atualização contínua, como também as tecnologias e ferramentas das quais dispomos para realizar as mais simples tarefas necessitam também *ser elas mesmas atualizadas*.

Nosso cotidiano é cada vez mais moldado pela maneira como nos relacionamos com as máquinas de nosso tempo. Para fugir da obsolescência e garantir a reprodução da realidade, nossas ferramentas também devem passar pelo processo contínuo de atualização. Nessa perspectiva, a presença crescente de fatores não humanos em nossa relação com o mundo também afeta profundamente a nossa percepção do tempo. Sentimo-nos quase dependentes de computadores e da *internet* para o trabalho, para diversão,

como dispositivo de memória e recordação, como veículo de comunicação e meio de estabelecer vínculos sociais e afetivos com outras pessoas.

Logo, o atualismo envolve uma crença de que existe um sistema (frequentemente incompreendido pela maioria das pessoas já que inserido no espaço digital, com sua própria dinâmica) que garante a estabilidade no mundo. Por isso, se o atualismo é nossa garantia de segurança, a não atualização (de sistemas, de informações, de experiências) torna-se grande risco para a sociedade: “a obsolescência do objeto transforma-se na obsolescência do próprio real, completamente transformado em produto da ação humana e, por isso, em constante necessidade de atualização” (ARAÚJO; PEREIRA, 2018, p. 67).

Nesse ponto, é interessante notar que, de maneira mais intensa no século XXI, o caminhar da história e ação dos sujeitos no tempo passa a ser marcado não somente pela ação dos próprios seres humanos, como frequentemente nos acostumamos nos séculos passados, mas também de fatores não humanos, como os computadores, *smartphones*, sistemas de *softwares* e a própria *internet*.

Para José Van Dijck (2013), o cenário que se desenha é aquele que situa a sociabilidade como técnica, o que abrange tanto a conexão (humana) quanto a conectividade (automatizada). O resultado é a configuração de uma sociabilidade técnica. Ou seja: uma sociabilidade codificada pela tecnologia, que torna as atividades das pessoas formais, gerenciáveis e manipuláveis, permitindo que essas tecnologias projetem a sociabilidade nas rotinas diárias das pessoas e, conseqüentemente, na experiência de tempo que elas têm.

Assim, se no passado a experiência do tempo era marcada pelo tempo da natureza ou pelo tempo do trabalho (determinado pelas máquinas industriais), hoje vivemos um tempo marcado pelas máquinas de uso pessoal, pelas TICs. A automatização e a terceirização de tarefas possibilitadas pelas máquinas contemporâneas causam impacto na forma como experimentamos o mundo e, conseqüentemente, o tempo – simultaneidade de ações, encurtamento de tempo e de espaço entre as pessoas e as coisas.

Mudam as funções das máquinas e os efeitos que nossa relação com elas gera na apreensão da experiência do tempo. O tempo e o espaço da ação são os mesmos da ressignificação, em constante atualização. As temporalidades encontram-se em um emaranhado temporal. Longe de homogêneas, elas se definem por sua pluralização e pela confecção de diferentes imagens de tempo. Nos resta, desta maneira, refletir um pouco sobre as articulações temporais no atualismo e como dar sentido a essas formas de experimentar o tempo.

AS ARTICULAÇÕES DO ATUALISMO COM O PASSADO

O tempo no século XX parecia ser, até as últimas décadas, percebido no âmbito de temporalidades relativamente bem delimitadas e logicamente encadeadas, cujo desenvolvimento era associado à ideia de progresso e de futuro como novidade. Possivelmente, essa articulação temporal, na sociedade do atualismo, foi substituída. Se antes passado, presente e futuro tinham lugares fixos no tempo, hoje é difícil localizá-los de forma precisa (BENTIVOGLIO, 2019). Isso se dá, em grande parte, devido ao fato que, ao se interconectarem com a tecnologia digital, nossas experiências do passado e expectativas do futuro se veem em um *continuum* sem delimitações claras de tempo. Logo, uma das formas de experienciar o tempo é admitir sua natureza inconsistente e fragmentada, diferente de outros períodos na história.

Na era pré-moderna ocidental, conforme Reinhart Koselleck, até o século XVI, podemos perceber a configuração de uma história de visões de futuro, ou expectativas, sustentadas pelas experiências anteriores dos antepassados, que se tornavam as experiências dos próprios descendentes. A mudança – se ocorria – era muito lenta e, por

isso, a ruptura entre a experiência adquirida e uma expectativa ainda a ser descoberta não conseguia romper com o conhecimento sobre o mundo da vida que se transmitia (KOSELLECK, 2012).

O futuro permanecia, portanto, atrelado ao passado e a tensão entre ambas as categorias levou a um encurtamento na distância entre elas: o fosso entre experiência (passado) e expectativa (futuro) era muito pequeno. A própria existência era assegurada pelo passado. Ou, como afirma Giddens, o “tempo passado é incorporado às práticas presentes, de forma que o horizonte do futuro se curva para trás para cruzar com o que se passou antes” (GIDDENS, 1991, p. 95).

O advento da modernidade, porém, coloca em xeque a capacidade desta duração homogênea da tradição para integrar rupturas e novidades. Por esse motivo, Koselleck sustenta a tese de que, na era moderna, a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente. É esse fato que justifica a modernidade como um tempo novo. Para o autor, a relação entre experiência e expectativa modificou-se em detrimento da descoberta de um novo horizonte de expectativa, que ganhou a forma sob o conceito de progresso. Nesse sentido, a profecia espiritual da era pré-moderna foi substituída por progresso mundano: “Desde então toda a história pôde ser concebida como um processo de contínuo e crescente aperfeiçoamento; apesar das recaídas e rodeios, teria que ser planejado e posto em prática pelos homens” (KOSELLECK, 2012, p. 316).

“Progresso” é, nessa acepção, um conceito universal, com a intenção de nutrir-se de experiências individuais que interferiam na vida cotidiana e que não foram experimentadas por gerações anteriores. Ao introduzir um material desconhecido, de modo que mesmo o presente, frente à complexidade desse conteúdo desconhecido, escapa em direção ao não experimentável (KOSELLECK, 2012), um tempo novo e diferente foi inaugurado.

É relevante destacar aqui a forte influência que a relação entre experiência e expectativa sofreu da Filosofia da História e do Iluminismo, que partiam do postulado de que, se a história é única, o futuro também deveria ser único e diferente do passado. Como futuro portador do passado, ele ainda modifica o valor histórico do passado: temporalizada e processualizada em uma unicidade contínua, a história não podia mais ser ensinada como exemplo (KOSELLECK, 2012).

Sobre esse período, Myriam d’Allonnes (2008, p. 84) entende que o exemplo do passado não funciona porque ele não é capaz de responder aos novos problemas enfrentados pelos modernos. Diante disso, ao invés de perpetuar uma impotência radical, os sujeitos passam a instituir uma nova fundação antropológica e gesto soberano, que se resume na frase “antes que recorrer ao que foi dado anteriormente, a modernidade se opõe e aceita desafiá-lo”. Isso pressupõe assumir a responsabilidade pelo futuro e a afirmação de si, compreendendo que sua liberdade se orientaria através de futuros possíveis.

Todavia, na visão da autora, a partir do final do século XX, a autoridade do futuro desmoronou, nos colocando diante de uma relação cambaleante com a temporalidade. Nossa estabilidade no mundo não se radica apenas na anterioridade que nos precede no passado. D’Allonnes defende que se manifesta hoje, à plena luz, o colapso dos projetos ligados ao caráter determinante do futuro, o desaparecimento do horizonte de expectativa secular, de maneira que o tempo deixa de ser uma promessa (D’ALLONNES, 2008, p. 84).

Entendemos, assim, que já não se realiza a dupla procedência pela plenitude de um passado que se remete em forma de submissão repetitiva, nem de um futuro condenado à realização. Ocorre, na contemporaneidade, o que a autora afirma ser um fim de tais aspirações de acabamento, um panorama de atualismo digital em que o tempo poderia aumentar-se com potencialidades inacabadas: tanto um passado vivente, reserva de sentido não esgotado, como do caráter imprevisível de um futuro irrealizado. Um dos

impactos práticos que esse atualismo coloca à nossa frente é o de que o tempo, inserido em nossa realidade digital, acaba por ser fragmentado.

Brügger (2018) ao refletir sobre a *web*, percebe que a atualização de *sites*, páginas, sistemas etc., não é necessariamente previsível e regular. Isso significa que, se tentarmos analisar o “passado” de uma página em uma rede social que contém, por exemplo, informações pessoais e traços do cotidiano de uma pessoa, através do processo de arquivamento que faz parte do trabalho dos historiadores, o que foi arquivado no começo do processo pode mudar. O conteúdo inicial daquela página arquivada (seja aquele inserido pelo próprio usuário, ou informações importantes de *design* e funcionalidade da página, que trazem muitas informações sobre a configuração daquele “passado”), não será o conteúdo final ao qual o pesquisador terá acesso.

Por essa razão, Brügger afirma que, no espaço digital, não há um “original” para consultar e é, para um leigo, muito difícil descobrir se e onde as atualizações ocorreram. Esse desafio da dinâmica da atualização é algo constitutivo da incerteza do espaço digital e não há, até então, uma boa solução para enfrentar isso. Temos à disposição, portanto, versões únicas de eventos que ocorreram “no mesmo momento”, e sofreram ações imprevisíveis de atualização.

É importante ressaltar, nesse ponto, que tais versões não são cópias, como comumente podemos nos deparar em documentos analógicos, em que há, por exemplo, o “original” de uma carta do século XVIII em um acervo e uma cópia, feita por algum pesquisador, que será analisada e é uma duplicação exata do original. No espaço digital, a simultaneidade de eventos que se passaram no mesmo segundo, minuto, hora e local é fragmentada: a “mesma” entidade arquivada pode provar ser diferentes versões (BRÜGGER, 2018).

Assim, no atualismo, as articulações temporais do passado podem ser uma coleção fragmentada de versões, em que cada uma é uma única construção de um “original” *online*, perdido. Em outras palavras, se adotarmos a perspectiva de Brügger, compreenderemos que a ausência de um original para onde voltar, combinada com a singularidade de cada versão, confere ao passado inserido no espaço digital uma incerteza constitutiva: o passado adquire *status* de espelho, que renasce após passar por diversas alterações no processo de atualização.

Além da fragmentação, outro impacto que a inconsistência temporal do atualismo tem sobre articulações temporais ligadas ao passado, é o de que o tempo pode ser simultâneo e deslocado. Para entender isso, tomemos como exemplo de análise, mais uma vez, um arquivo de *web* do passado.

Uma das formas de arquivar a *web* é o uso de *Web Crawlers*, ou seja, *softwares* que rastreiam a *web* através dos *hiperlinks* de um determinado endereço de *web* (URL), recuperando e armazenando arquivos (em HTML) na medida em que esse *software* se depara com os *hiperlinks*. Um dos maiores acervos de arquivos de *web* do passado disponíveis atualmente, o Internet Archive, utiliza o *software* denominado Wayback Machine e respectivos *Web Crawlers* para reunir e preservar documentos digitais. A partir das informações desses metadados coletados, é possível reconstruir uma página da *web*.

Porém, como vimos anteriormente, no espaço digital muitos *links* podem ter sido atualizados, editados, excluídos. Caso o *software* não tenha todos os pedaços daquela página a partir da mesma data e hora da própria *web*, o que o Wayback Machine faz para apresentar aos seus usuários uma versão da *web* do passado é recuperar os elementos faltantes de uma hora e data mais próximos possíveis, remendando pedaços rastreados da *web*.

Assim, o documento do passado apresentado no acervo pode ser, de fato, quase que uma colcha de retalhos. O que parece ser uma página da *web* temporalmente “plana”

e consistente com apenas uma temporalidade (o passado que ocorreu naquele exato momento) pode conter várias temporalidades invisíveis, estendendo-se para trás e para frente no tempo, tornando-a temporalmente inconsistente como um todo. Isto é devido à natureza fragmentada da *web* rastreada e porque todos os fragmentos – independentemente de quando foram arquivados – estão presentes ao mesmo tempo na mesma coleção (BRÜGGER, 2018).

Para complexificar mais o cenário, como o atualismo pressupõe a existência de estruturas de expansão infinita, uma página da *web* mostrada com o Wayback Machine pode, além de apresentar inconsistências temporais dentro de um mesmo arquivo, ser continuamente inconsistente, já que a *web* em si passa por constantes processos de edição, exclusão e atualização (BRÜGGER, 2018, p. 115).

Portanto, a articulação de passado da constante e contínua atualização da vida adquire novo formato, diferente de séculos anteriores: rizomático, caótico, embaralhado e deslocado. Isso pode ser sintoma de uma nova consciência histórica – uma consciência histórica atualizada – em desenvolvimento no século XXI, que vem tomando formas distópicas e deixando de lado a imaginação histórica utópica característica do pensamento moderno (BENTIVOGLIO, 2019).

A ATUALIZAÇÃO DA CONSCIÊNCIA HISTÓRICA

Conforme Jorn Rüsen (2001, p. 54), consciência histórica é a maneira que interpretamos e experimentamos o tempo de modo a nos localizar e nos orientar frente à mudança do tempo, dando a ele significados. Por isso, ela é inerente ao ser humano. É cotidiana, pois está ligada ao pensar sobre estágios da vida, como vida e morte, juventude e velhice. Atua como uma baliza temporal: nos leva a refletir sobre nossos antepassados, nossos contemporâneos, e aqueles que virão depois de nós, criando formas de significar o tempo humano.

Podemos observar hoje, na chave do atualismo, o desenvolvimento de uma consciência histórica distópica. Pensar o tempo a partir dos termos do impulso utópico (SARGENT, 1994) – utopia e distopia – significa utilizar-se das características da imaginação utópica e distópica para representar a noção mesma de tempo.

O impulso utópico é definido como modo de pensar por meio do qual as pessoas imaginam realidades aparentemente distintas da que conhecem. É relativo ao fenômeno do sonhar social, isto é, dos sonhos ou pesadelos articulados à maneira como diferentes sociedades estruturam suas vidas, e que comumente são visões de sociedades distintas daquela em que se vive (SARGENT, 1994). Distopia e utopia são as expressões – negativa e positiva, respectivamente – desse modo de pensar: idealizam lugares que não existem empiricamente, embora tragam em sua construção muitos elementos da realidade da qual partem.

Nesse sentido, a distopia vislumbra realidades alternativas que, supostamente, não existem empiricamente. Diferente de sua contraparte utópica positiva, os cenários que a distopia cria não são a sociedade ideal, como aquela que deu origem ao termo “utopia” na obra homônima de Thomas Morus (1516), mas sua variante imperfeita. É, portanto, o lugar onde reinam tiranias, ditaduras, desigualdades, guerras, caos. A reflexão crítica proposta pela distopia acontece pela recusa à versão de sociedade que é colocada como a indesejável. A distopia, assim, configura aquela sociedade inexistente, descrita em detalhes e localizada tempo-espacialmente, cujo propósito é apresentar ao seu receptor uma sociedade ainda pior do que aquela em que vive (SARGENT, 1994).

As expressões do impulso utópico funcionam como instrumentos de reflexão acerca da sociedade. A utopia opera por meio da projeção de futuros otimistas e brilhantes em que a humanidade realiza todo seu potencial *positivo*, de modo a alcançar, por meio da razão e

do progresso, a perfeição, dando origem a uma realidade ideal. Já a distopia é a concretização, no futuro, das piores tendências identificadas no presente: é a sociedade imperfeita, a realidade indesejável. Assim, enquanto na utopia prevalece a ideia de progresso, ordem e razão, a distopia é dominada pela imagem do caos, do pessimismo, da inadequação.

São esses elementos caracterizantes de cada manifestação da imaginação utópica e distópica que podem servir também de ferramentas para pensarmos o tempo. De um lado, um tempo utópico, ordenável, progressivo, linear; de outro, um tempo distópico, conturbado, confuso, desgovernado. O que significa dizer, então, que a consciência histórica atualista, aquela do século XXI, pode ser lida também como distópica?

Conforme observamos, a distopia é um exercício criativo que esboça uma sociedade realizadora seu pior potencial, tornando-se a versão catastrófica de suas próprias tendências. É uma ferramenta para conhecer, compreender e transformar o que se percebe como mundo histórico a partir de projeções de um futuro possível para o presente de onde se fala. Assim, distopias são uma consideração crítica acerca da realidade por meio do confronto com o que se concebe como seu porvir (em geral, um futuro sombrio). Arquitetam futuros devastados por catástrofes ambientais, pandemias globais que exterminam populações inteiras, guerras e violência, fome e miséria, pela dominação dos humanos por máquinas. São o amanhã que tememos, a versão indesejável do que podemos nos tornar.

A distopia cria tais cenários por meio da transformação de tendências, acontecimentos, fenômenos e ideias do presente em uma versão extremada de si, deslocando-os para o futuro de modo a torná-los estranhos a nós. Ao radicalizar elementos que já existem no presente, opera mostrando-nos o pior que podemos ser, caso não questionemos como vivemos o agora.

Observemos, como exemplo, a popular série antológica *Black Mirror* (2011), que desde seu lançamento gerou grande repercussão. A produção britânica do serviço de *streaming* Netflix conta com 22 episódios e um filme interativo, independentes entre si e que comentam aspectos da relação entre seres humanos no espaço digital. Característica comum dos episódios é a atmosfera de terror e absurdo que envolve cada discussão sobre possíveis efeitos do desenvolvimento tecnológico e dos meios de comunicação na sociedade e na cultura ocidentais contemporâneas (DÍAZ GANDASEGUI, 2014).

O episódio “The Entire History of You”, por exemplo, mostra uma realidade em que as pessoas têm implantes cerebrais de dispositivos de memória, podendo acessar suas lembranças e rever em tempo real acontecimentos armazenados em sua memória digital como se assistissem a um filme. A trama acompanha um homem que, por meio desse dispositivo, descobre a traição de sua esposa ao ver suas lembranças.

O episódio suscita uma série de discussões. A primeira, mais explícita, é sobre os riscos do avanço da tecnologia de implantes em relações interpessoais e no âmbito da privacidade. Em um segundo plano, poderíamos debater sobre os efeitos do armazenamento digital de informações para a construção de conhecimento, em especial, o histórico: como ficaria a investigação sobre a experiência humana no tempo caso pudéssemos presenciar o que aconteceu enquanto refletimos sobre isso?

Mais do que isso, o episódio dramatiza em cima de algo que, como vimos anteriormente, já acontece de maneira prática: é, portanto, uma articulação fragmentada e deslocada do passado. Insere, porém, o elemento distópico ao juntar a essa equação de análise no presente, de vários fragmentos de passado no mesmo elemento, e as projeções de futuro radicalmente caóticas a partir disso.

Já o episódio especial “White Christmas”, disponibilizado em 2014 é considerado um dos mais complexos da série e traz três contos interconectados. Em um deles, somos apresentados a um aparelho eletrônico portátil que guarda cópias digitais da consciência

humana, projetado para funcionar como assistente inteligente que, por compartilhar a consciência do indivíduo, sabe exatamente sua rotina, suas preferências e necessidades, tornando mais fácil e cômoda a vida das pessoas.

Trata-se da automatização de tarefas amparadas pela própria consciência humana, transpondo a subjetividade dos indivíduos para um ambiente virtual. A experiência de tempo é explorada em simulações digitais, de modo a alterá-la profundamente em relação ao mundo físico (SANTAELLA; GABRIEL, 2019). Para que a consciência compreenda que não é um ser físico e que deve cumprir sua função de assistente, o criador do dispositivo manipula o tempo da simulação, fazendo com que a consciência clonada viva décadas de simulação em um segundo de realidade material. Enquanto o indivíduo físico viveu uma duração curta de tempo, sua *exoconsciência* viveu o equivalente a várias vidas.

Passado, presente e futuro são, dessa maneira, deslocados nessas narrativas e a consciência histórica do futuro atua por meio da imagem de um tempo distinto do presente que vivemos, de um lugar no tempo que *ainda não é*.

Sabemos da existência de dispositivos de armazenamento ou de programas de memória digital que sincronizam aparelhos eletrônicos à nuvem, para que usuários salvem e acessem facilmente imagens, vídeos e documentos de todo tipo. Conhecemos também aparelhos que funcionam como assistentes virtuais, desenvolvidos para atender aos usuários em suas tarefas diárias, configurando alarmes, executando listas de músicas, avisando sobre a situação de trânsito, informando sobre o clima, fazendo buscas rápidas em ferramentas de pesquisa. São noções que fazem parte de nossa realidade, integrando nosso presente.

A imaginação distópica, todavia, acrescenta a elas outros fatores que as transformam em algo aparentemente distinto: implantes cerebrais, cópia de consciência humana. A atualização desses elementos faz com que eles pareçam algo novo, diferente, *futurístico*. Seus efeitos e desdobramentos, contudo, estão muito mais próximos do que desejamos ou tememos hoje; praticidade na realização de tarefas cotidianas e salvaguarda de informações, documentos e memórias, de um lado, o controle das pessoas por aparelhos eletrônicos ou instrumentos virtuais e a ameaça à privacidade, de outro, e o domínio das articulações do passado.

Vemos refletidos nesse amanhã distópico os medos, os anseios e as experiências de hoje, e, ao mesmo tempo, a busca incessante por estabilidade e compreensão nesse mundo que remete ao pesadelo, a partir de elementos que já nos são cotidianos. O futuro desenhado por obras como *Black Mirror*, portanto, assim como a *web* do passado rastreada do Wayback Machine, é, também, uma espécie de espelho: faz renascer, contudo, em formato de futuro, o presente que é, em si mesmo, fragmentado, distorcido, deslocado.

Logo, os futuros projetados pela distopia são fabricados a partir do passado e do presente, em um processo de estranhamento da realidade conhecida. Acrescenta-se aos elementos integrantes daquilo que já se vive uma camada de novidade sem, entretanto, transformá-los em algo fundamentalmente novo. O futuro distópico, nessa perspectiva, poderia agir como uma espécie de manifestação da consciência histórica que identificamos no atualismo; a atualização do que é familiar, de modo a proporcionar a sensação de uma mudança que não existe na esfera estrutural. É como se, por meio dessas atualizações, a distopia eliminasse o futuro como novidade, alongando a imagem do agora, embaralhando constantemente o que se entende como temporalidade presente, passada e futura.

Ao expor a imagem do amanhã convertido em um hoje ampliado, a imaginação distópica não confina tal futuro somente a isso: não o encerra, não o delimita ao repetir o presente da mesma forma que aconteceu, seja há meses ou há segundos. O que faz é, na verdade, indicar que há outra ou várias outras alternativas ali escondidas. Assim como no arquivo da *web* do passado, onde não há cópias de um passado “original”, o futuro também

não seria uma cópia do passado, sugerindo, ao contrário, a existência de (outras) possibilidades.

A distopia mostra, então, um presente em suas várias camadas para dizer que o futuro não precisa ser apenas aquele que é desenhado. Insinua que o futuro de caos é o que acontece quando não há uma reflexão crítica sobre o presente. Dessa forma, embora apresente uma visão fortemente pessimista do estado da sociedade, não fecha o horizonte futuro, possibilitando a esperança por alternativas e a expectativa de mudança (BACCOLINI; MOYLAN, 2003).

O porvir distópico é simultaneamente a expectativa de um futuro enquanto mera atualização do presente e a viabilidade de algo distinto. A imagem de futuro da distopia é construída, destarte, a partir da ideia da ausência de novidade que surge, paradoxalmente, do afã pela inovação do que é familiar. A experiência do presente em sua atualização constante abre caminho, dessa maneira, para a ideia de um processo contínuo e infundável, cuja concretização é lançada sempre para o horizonte. O futuro distópico é arquitetado pelo estranhamento do conhecido, na busca pela atualização e pelo aperfeiçoamento do que já existe. Assim, a imaginação distópica nos apresenta justamente as condições de existência da mudança para o diferente, para a novidade. Conseqüentemente, de modo similar ao tempo da distopia, o tempo atualista não é fechado.

Frente a esse panorama, a distopia pode apresentar um caminho viável para compreender a consciência histórica no atualismo ao se apresentar como uma forma caótica de articular e apreender o tempo: é um emaranhado de temporalidades em que é difícil distinguir com precisão o que é, de fato, presente, o que é passado e o que é futuro (um futuro no sentido de algo que ainda está por vir, algo que *não é ainda*, que pode ser). É, nesse sentido, uma possibilidade muito característica da cultura ocidental do final do século XX e começo do século XXI, que coloca várias temporalidades em uma mesma experiência, embaralhando o tempo (vivemos passado, presente e futuro simultaneamente) sem, contudo, limitá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em artigo publicado em 2010, Ann Rigney concluiu que:

A história pode ser comparada a uma nuvem: só podemos ver sua forma quando está à distância e nunca quando estamos bem no meio dela [...]. Mas devemos prosseguir: adiar o pensamento sobre o futuro porque ainda não sabemos o significado histórico do presente não é uma opção [...]. As questões [que] surgem da cultura online [...] não são apenas relevantes para o futuro, mas nos lembram da necessidade de historicizar a própria teoria, assumindo sua íntima relação com as práticas culturais em constante mudança (RIGNEY, 2010, p. 116-117, tradução nossa).

Conforme essa perspectiva, o que podemos fazer quando pensamos no *fazer história* (e não só no fazer a história) é nos esforçar para que os conceitos estruturantes da disciplina – dentre eles, o de temporalidade e de consciência histórica – acompanhem as mudanças não só das práticas culturais, mas também do campo do saber. Se estamos inseridos de maneira tão profunda no espaço digital, sujeitos a todas as dinâmicas que esse local estabelece, é importante situar que a produção da história e de seu conhecimento também sofre a ação do digital. É na busca por conseguir navegar nas correntes do espaço digital e dar sentido a essa configuração dinâmica nas quais nossas experiências temporais estão inseridas, que os seres humanos não estabelecem relações fixas e definitivas de temporalidade.



Historiadores trabalham, sobretudo, com o tempo na dimensão da consciência, ou seja, a temporalidade. Elaboram o passado e o futuro, no presente, pela recordação e pela expectativa. Tecem vínculos entre essas instâncias do tempo. São como operadores do tempo (PELBART, 2020), dando-lhe contornos e formas, escrevendo e inscrevendo o tempo no tempo. Transformam-no em narrativa, criando uma ordem e organizando o tempo em suas temporalidades, permitindo que localizemos nossa experiência.

Por esse motivo, é essencial reconhecer a centralidade do presente para o fazer historiográfico como o poder de ação, de escrita, de tentar e de permitir conhecer. Para o estudo e a prática da história, é crucial compreender como nosso ofício pode se desenvolver e ser acionado nesse contexto. É justamente ao nos centrarmos no presente e, mais do que isso, nomeá-lo como o lugar de ação e criação do futuro e do passado, que podemos construir uma história crítica, que faça sentido aos sujeitos e os situe no mundo.

Entendemos, dessa forma, que os desafios que a experiência contemporânea ocidental de tempo propõe aos historiadores, giram em torno de dois aspectos: o domínio do espaço digital e a reflexão acerca da possibilidade de estarmos diante da configuração de uma consciência histórica distópica.

Dominar o espaço digital significa o que defendem Cohen e Rosenzweig (2005) como uma postura de agir tal qual arquitetos. Como arquitetos, nem sempre sabemos como construir determinados sistemas digitais. Devemos não obstante, compreender de que maneira esses sistemas agem e quais impactos eles têm sobre o que é construído no espaço digital, espaço que não conta com um centro único de perspectiva.

Logo, entender a estrutura do espaço digital implica em evidenciar a existência de diversas estratégias narrativas que colocam em discussão uma ideia de tempo fragmentado. Surge, daí, aquele que talvez seja o maior desafio: refletir acerca de uma consciência histórica sob efeitos do atualismo. Uma consciência histórica que possivelmente se inscreva como distópica.

O que a realidade de hoje nos mostra não é, certamente, o futuro utópico e otimista, de inovações, progresso e busca por uma sociedade ideal que os séculos XIX e XX imaginaram. A relação entre espaço de experiência e horizonte de expectativa e a temporalização do tempo em passado, presente e futuro mudaram desde então e, conseqüentemente, a história e a forma como se pensa a disciplina e sua prática também sofreram alterações.

Testemunhamos a tecnologia sendo utilizada para inovar e melhorar as condições de vida e do mundo, mas, ao mesmo tempo, essa instrumentalização também apresenta riscos e desafios. O que fazer com o fluxo cada vez maior de informações produzidas e difundidas em ambientes digitais? Como as ferramentas e plataformas de armazenamento de documentos e informação podem afetar a construção do conhecimento histórico e da memória social? Como analisar um passado que já nasceu no espaço digital?

Vemos, nesse sentido, a distopia como um modo de pensar o futuro a partir do presente: medos, desejos, traumas do passado e do presente são projetados para futuros em que os piores cenários possíveis se concretizam. Distopias são, nessa perspectiva, laboratórios em que experimentamos com aquilo que nos assusta: o uso nocivo ou imprudente de tecnologias e das redes, por exemplo. Como em *Black Mirror*, desejamos um amanhã em que as tarefas diárias sejam facilitadas e a ciência avance a ponto de melhorar a vida dos seres humanos, mas tememos futuros em que indivíduos sejam completamente dependentes de tecnologias para as mais simples atividades cotidianas, que a *internet* seja ferramenta de controle social e de manipulação de memória, alterando profundamente a maneira como eventos são percebidos e, conseqüentemente, narrados e historiografados.

Não mais é o passado fechado e fixo, nem tampouco o futuro aberto e ilimitado. A consciência histórica moderna, cujas tendências eram utópicas, foi gradualmente substituída por um pensamento pessimista e desconfiado, distópico em sua essência (BENTIVOGLIO, 2019). A distopia desloca e embaralha passado e futuro, transforma-os em não lugares. Retira-os de seu local fixo e imóvel no tempo, redesenha seu caráter referencial. E, por operar em uma constante (re)configuração de temporalidades, coloca em evidência sua volubilidade.

A história, nessa perspectiva, não deve ser pensada somente como passado – que, hoje, entendemos que não é um lugar fixo, mas fruto de construções –, e sim como uma forma de entender a experiência humana a partir de projeções, de fantasmas, de virtualidades, de fragmentos de tempo. Pode, ainda, nos ensinar como lidar com a fragmentação do tempo, um possível efeito do atualismo sobre a temporalização.

Com essas propostas – a de aprofundarmo-nos acerca dos impactos do espaço digital na temporalidade, de compreender melhor o atualismo, de propor a distopia como ferramenta para compreender a consciência histórica ocidental do final do século XX e início do século XXI, não partimos da ideia de “revolucionar” a disciplina histórica. Até porque, conforme Vitali Rosati, a própria invenção técnica pode ser entendida como parte de uma continuidade. É raro que haja uma mudança radical nas inovações técnicas; elas estão comumente integradas em um processo encadeado.

Nossa intenção é, de outro modo, atualizar – trocadilho intencional – a discussão sobre conceitos pilares da disciplina. Identificar a maneira como vem sendo realizado o processo de temporalização do tempo no contexto do espaço digital e quais desafios tal conjuntura apresenta para a teoria e a prática da história. Não temos, assim, pretensões de oferecer respostas, mas de contribuir para o debate e a contínua autorreflexão acerca da própria história.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Valdei Lopes de; PEREIRA, Mateus. *Atualismo 1.0*: Como a ideia de atualização mudou o século XXI. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom. Dystopia and histories. *In*: BACCOLINI, Raffaella; MOYLAN, Tom (ed.). *Dark horizons: science fiction and the dystopian imagination*. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 1-12.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História* (UFMG), Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.

BENTIVOGLIO, Júlio. *História e Distopia*: A imaginação distópica no alvorecer do século 21. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BERARDI, Franco. *Depois do Futuro*. São Paulo: Ubu Editora, 2019.

BROOKER, Charlie. (Produtor). *Black Mirror*. Londres: Produtora Zeppotron e Channel 4.

BRÜGGER, Niels. Connecting textual segments: a brief history of the web hyperlink. *In*: BRÜGGER, Niels (ed.). *Web 25: histories from the first 25 years of the World Wide Web*. Nova Iorque: Peter Lang, 2017. p. 5.

BRÜGGER, Niels. *The archived web: doing history in the digital age*. Londres: MIT Press, 2018.



- CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Traduzido por Roneide Venancio Majer. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.
- COHEN, Daniel J.; ROSENZWEIG, Roy. *Digital history: a guide to gathering, preserving, and presenting the past on the Web*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2005.
- COMTE-SPONVILLE, André. *¿Qué es el tiempo?* Barcelona: Andrés Bello, 2001.
- D'ALLONNES, Myriam Revault. *El poder de los comienzos: Ensayos sobre la autoridad*. Traduzido por Estela Consigli. 1. ed. Buenos Aires: Amorrortu, 2008.
- DÍAZ GANDASEGUI, Vicente. *Black Mirror: el reflejo oscuro de la sociedad de la información*. *Teknokultura*, Madrid, v. 11, n. 3, p. 583-606, 2014.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2014.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Traduzido por Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora PUCRio, 2012.
- PELBART, Peter Pál. *Rizoma temporal*. São Paulo: ECidade, 2020.
- POMIAN, Krysztof. Tempo/temporalidade. *Enciclopedia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1993. v. 29.
- RIGNEY, Ann. When the monograph is no longer the medium: historical narrative in the online age. *History and Theory*, Middletown, v. 49, n. 4, p. 100-117, dez. 2010.
- RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: Teoria da história fundamentos da ciência histórica*. Traduzido por Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.
- SANTAELLA, Lucia; GABRIEL, Martha. Por que *Black Mirror* dá muito o que pensar? *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 19, n. 62, p. 932-947, 2019.
- SARGENT, Lyman Tower. The three faces of utopianism revisited. *Utopian Studies*, Filadélfia, v. 5, n. 1, p. 1-37, 1994.
- SCHAFER, Valérie. Global technologies, glocal approach: a false paradox. *Esboços*, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 286-305, maio/ago. 2020.
- VAN DIJCK, José. *The culture of connectivity: a critical history of social media*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2013.
- VITALI-ROSATI, Marcelo. *On editorialization: structuring space and authority in the digital age*. Amsterdã: Institute of Network Cultures, 2018.

NOTAS DE AUTOR

AUTORIA

Isabela Gomes Parucker: Mestre. Doutoranda, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS/UnB, Brasília, DF, Brasil.



Daniela Linkevicius de Andrade: Mestre. Doutoranda, Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília – PPGHIS/UnB, Brasília, DF, Brasil.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA

SQN 210, Bloco D, Ap. 107, 70862-040, Brasília, DF, Brasil.

ORIGEM DO ARTIGO

Extraído dos projetos de pesquisa "*Cartografias do possível: a distopia e seus usos do futuro como procedimento para o estudo da história*", e "*O Diálogo Começa Aqui: padrões de autoridade e credibilidade nos fóruns de história do Reddit (2008-2017)*", apresentados ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Brasília, em 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e à CAPES pelo financiamento nas pesquisas de doutorado que possibilitaram este artigo. Agradecemos também aos revisores, pelas sugestões construtivas, e ao Conselho Editorial da *Esboços*, pela oportunidade da publicação.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: I. G. Parucker; D. L. de Andrade

Coleta de dados: Não se aplica.

Análise de dados: Não se aplica.

Discussão dos resultados: I. G. Parucker; D. L. de Andrade

Revisão e aprovação: I. G. Parucker; D. L. de Andrade

FINANCIAMENTO

Isabela Gomes Parucker: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Bolsa de doutorado, número do processo: 145779/2018-1.

Daniela Linkevicius de Andrade: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Bolsa de doutorado, número do processo: 88882.383318/2019-01.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Nenhum conflito de interesse foi relatado.

DISPONIBILIDADE DE DADOS E MATERIAIS

Não se aplica.

PREPRINT

O artigo não é um preprint.

LICENÇA DE USO

© Isabela Gomes Parucker e Daniela Linkevicius de Andrade. Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar e criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITOR

Eça Pereira da Silva

HISTÓRICO

Recebido em: 29 de julho de 2021

Aprovado em: 12 de dezembro de 2021

Como citar: PARUCKER, Isabela G.; ANDRADE, Daniela L. de. Tempo em fragmentos: distopia, temporalidade e consciência histórica na era digital. *Esboços*, Florianópolis, v. 50, n. 29, p. 152-169, jan./abr. 2022.

